

Documentação museológica: uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional

Museum Documentation: a Perspective from Practices in the Professional Performance

Luciana Messeder Ballardo¹

DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.42768

Resumo

Quais desafios os profissionais que atuam com diferentes especialidades de patrimônio encontram no desenvolvimento de atividades ligadas à documentação museológica? Este estudo parte do princípio de que para compreender a documentação museológica é necessário partir do entendimento do objeto de estudo da Museologia e do processo museológico de cada tipo de patrimônio. O método escolhido foi o qualitativo de natureza aplicada com procedimento direcionado para o estudo de caso a partir da experiência profissional da pesquisadora em trabalho técnico investigativo sobre o patrimônio arqueológico, com o objetivo de explicitar questões entre a documentação museológica e as áreas especializadas que ela atende. Os resultados preliminares apontam que a documentação museológica, enquanto parte do processo museológico, precisa atender as especificidades de cada tipo de acervo. Entre as contribuições da aplicação de processos documentais ajustados às especialidades está o fomento de pesquisas para manutenção da documentação e de pesquisas da documentação museológica.

Palavras-chave

Documentação museológica; Atuação profissional; Especialidades de coleções.

Abstract

What are the challenges for professionals working with different heritage specialties face in the development of activities related to museum documentation? This study is based on the principle that for understanding the museum documentation it is necessary to start from the knowledge of the object of study of Museology and the museological process of each type of heritage. The chosen method was the qualitative one of applied nature with a procedure directed to the case study from the researcher's professional experience in investigative technical work on the archaeological heritage, with the objective of explaining questions between the museum documentation and the specialized areas that it serves. Preliminary results show that museum documentation, as part of the museological process, it needs to meet the specifics of each type of collection. The promotion of research for the documentation maintenance and museum documentation research is one of the contributions of the application of documentary processes adjusted to the specialties.

Keywords

Museum Documentation; Professional Performance; Collections Specialties.

¹ Doutora em Museologia e Patrimônio pelo PPG-PMUS - UNIRIO / MAST (2021). Graduada em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (2002). Mestre em Patrimônio Cultural com concentração em Arqueologia pelo PPGPPC/UFSM (2013). Atualmente é professora Adjunta, com dedicação exclusiva, do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora colaboradora associada ao Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus (NUGEP/UNIRIO). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2005-524X> E-mail: lmb@ufba.br

Introdução

As discussões sobre a documentação museológica² e suas interlocuções com as áreas de investigação relacionadas às coleções do acervo podem auxiliar nas reflexões sobre algumas questões: Qual a importância do campo de atuação da Museologia para a documentação? Qual o objeto de estudo da Museologia? Que tipo de relações são desenvolvidas entre a Museologia e as áreas especializadas das coleções dessas duas áreas a partir da documentação?

Compreende-se que a formação profissional em Museologia não é especializada em tipologias de acervos ou patrimônios, e sim subsidiada no conhecimento teórico e prático que habilita profissionais pesquisadores e técnicos. Mas como os conhecimentos em documentação museológica contribuem para a atuação profissional especializada?

A partir desse questionamento, o propósito é perceber quais conteúdos ligados à documentação museológica podem auxiliar no desenvolvimento de atividades técnicas e de pesquisa em coleções de acordo com suas especializações.

Especificamente, a discussão percorre conteúdos ligados a: compreender a relação do objeto de estudo da Museologia com a documentação museológica; apontar distinções nas formas de tratamento documental em relação às tipologias de acervos; e especificar o tratamento de coleções e informações no âmbito da documentação museológica.

A confecção do texto teve como ponto de partida a realização de uma palestra no Congresso UFBA, em fevereiro de 2021, com o tema “Documentação museológica no ensino da Museologia e na atuação profissional”. A partir de reflexões por uma perspectiva qualitativa de atividades técnicas e de pesquisa, principalmente das ligadas ao trabalho de documentação museológica do patrimônio arqueológico, foram trazidas discussões direcionadas ao tempo de convivência profissional no extinto Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM), explorando, principalmente, a relação interdisciplinar estabelecida entre a documentação museológica e o patrimônio arqueológico.

O que documentar?

O que as obras de Silva (2015), Bottallo (2010), Cândido (2002), Ferrez (1994) e Nascimento (1994) têm em comum? A resposta mais óbvia seria: todas elas tratam de documentação museológica. Isso é verdade. Mas há ainda outra coisa em comum. Todos esses textos, antes de adentrar suas discussões sobre a documentação no âmbito museológico, abordam os conceitos da Museologia e seu objeto de estudo ou tratam de aspectos ligados aos referenciais teóricos dessa ciência aplicada.

Por que isso é importante? Ora, entender que a Museologia não está concentrada apenas no patrimônio, e conseqüentemente que não tem como seu cerne o objeto museológico, auxilia na compreensão de que o processo de musealização³ abrange muito mais que o objeto em si. O processo de musealiza-

2 A documentação museológica, como parte do processo de musealização, tem fundamentação teórico-metodológica na Museologia, enquanto ciência social aplicada, usada como alicerce principal, atentando ao seu objeto de estudo, com contribuições da Ciência da Informação e do campo de estudo especializado ao qual o acervo está associado, independente de qual seja ele.

3 Cury (2005, p. 25) usa o termo “valorização seletiva” aludindo ao início do processo de musealização. Esse processo é seguido de outras ações por outras ações ligadas a gestão de acervo (relacionada aos pro-

ção deve considerar os contextos em que esses objetos estiveram presentes, o que ajudará a compreender por que foram escolhidos para serem preservados (BOTTALLO, 2010).

A documentação museológica não está restrita às questões informacionais relacionadas aos objetos e à descrição destes porque, quando considerados os contextos, são inseridos “sistemas de valores, símbolos e significados” (NASCIMENTO, 1994: 10). Tão importantes quanto os objetos são as conexões estabelecidas entre os sujeitos que os criaram e utilizaram, destes com os objetos e dos objetos entre si. E isso não apenas do ponto de vista descritivo, relacionado aos espaços em que estiveram, aos sujeitos que ali estiveram e aos momentos históricos que presenciaram, mas, também, no sentido de registrar de maneira mais profunda a passagem do ser humano em seus diversos tempos nesse planeta, na compreensão dessas conexões de modo a assegurar que seus registros permitam reflexões sobre a própria existência humana.

Esses objetos e seus contextos, sejam eles de qualquer natureza, estão relacionados não apenas às informações, mas também ao conhecimento gerado a partir de pesquisas que fundamentam o processo de comunicação museológica, que por sua vez alimenta o desenvolvimento de novas investigações (CÂNDIDO, 2002). E, embora a documentação possa ser compreendida como base para a pesquisa e comunicação (FERREZ, 1994), ela também fomenta a pesquisa para que o registro realizado nos instrumentos documentais seja mais do que o referente aos objetos museológicos, e se estenda para as conexões que os envolveram e envolvem, e os sujeitos que através deles se imortalizam, consciente ou inconscientemente.

Também, os objetos museológicos continuam sendo submetidos a essas conexões após a inserção em coleções institucionais, possibilitando à documentação museológica registrar esses novos contextos, que vão além da continuidade da história desses objetos e das coleções formadas. Incluem ainda “[...] o histórico da instituição e os seus percursos, mas também podemos nos deparar com as lacunas oriundas da falta de informação e sistematização e desta forma conhecer as realizações e os silêncios da instituição” (SILVA, 2015: 28-29).

A própria formação das coleções e o tratamento documental dispensado a elas no decorrer da sua história são fontes importantes de pesquisa, que podem auxiliar na compreensão do processo de musealização. Mesmo em instituições com acervos similares, os processos de constituição e de desenvolvimento de atividades museológicas seguem caminhos próprios, considerando não apenas as relações estabelecidas dentro das instituições, mas também as realidades do entorno onde se inserem.

Se as perspectivas práticas aplicadas em coleções de uma mesma área podem ser compreendidas a partir de especificidades institucionais e trazer soluções documentais distintas no âmbito da Museologia, o que se pode dizer de tipos de acervos diferentes? O que dizer dos museus que possuem em seus acervos objetos artísticos, arqueológicos, geológicos, etnográficos e outros? As especialidades relacionadas às coleções vão muito além daquelas propriedades que os olhos veem; a própria forma de organização é direcionada por características próprias, inclusive as relacionadas à forma de ingresso.

cessos de documentação, conservação) e de comunicação museológica (sendo a principal forma a exposição museológica). Contudo, esse processo não inicia necessariamente dentro da instituição museológica, pode se iniciar durante o processo de pesquisa de um outro campo do conhecimento, seja esse campo o arqueológico, geológico, etnológico, dentre outros.

Documentação museológica:
uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional

Prova disso está no fato de que em algumas áreas, como as artes decorativas, por exemplo, é central o trabalho de classificação das coleções ou o que se entende por arranjo de coleções. Isso porque elas passam a estabelecer relações dentro do âmbito institucional e seus caminhos podem nunca ter sido conectados antes de entrarem nesse contexto museológico; portanto, depende do trabalho do(a) documentalista realizar essa organização.

Por outro lado, áreas disciplinares como a Arqueologia têm a maior parte de suas coleções provenientes de pesquisa de campo, e suas relações já são estabelecidas antes de serem institucionalizadas, recolhidas em um mesmo contexto arqueológico. Elas chegam aos espaços de salvaguarda classificadas a partir dessas conexões, atribuídas pelos próprios pesquisadores em campo, sob a identificação do sítio arqueológico ou do projeto de pesquisa ao qual estão ligadas.

É importante ressaltar esse aspecto porque essas diferenças fazem com que se compreenda que, nesses casos, o processo de musealização é iniciado muito antes de esses objetos adentrarem o contexto institucional, portanto ele não é definido no âmbito da instituição, mas pelos profissionais responsáveis pela intervenção e coleta desse patrimônio.

Outro aspecto relevante é que a Arqueologia gera sua própria documentação antes, durante e depois do processo de intervenção e não apenas dos objetos recolhidos, mas principalmente dos contextos arqueológicos. A documentação, os artefatos e os sítios arqueológicos como suportes de informação utilizados na documentação museológica tornam-se, a partir desta última, parte do processo conhecido como musealização (BALLARDO; MENDONÇA, 2018).

É claro que essa documentação criada tem por objetivo atender as demandas da própria pesquisa arqueológica e, como parte do patrimônio arqueológico, pode compor a documentação museológica. No entanto, se o processo de musealização se inicia antes da instituição, mais importante do que adicionar a documentação arqueológica como parte da documentação museológica é proporcionar uma gestão compartilhada desse patrimônio durante o processo de investigação, direcionando a documentação elaborada durante a pesquisa para atender também aos padrões institucionais.

Dessa perspectiva, o tratamento de acervos especializados através da documentação museológica requer mais do que conhecimento teórico e técnico em documentação museológica e em Ciência da Informação; é necessário compreender as especificidades das coleções e da área de conhecimento à qual estão atreladas e, para tanto, é imprescindível se debruçar sobre essas coleções, e sobre as particularidades da área de investigação que as gerou, aprofundando o conhecimento sobre elas e estabelecendo uma relação interdisciplinar entre os profissionais envolvidos.

(Des)caminhos

Nos percursos profissionais transitados, seja em uma única instituição, seja em várias delas, desenvolvendo atividades técnicas e de pesquisa, o(a)s profissionais encontram situações distintas em cada tipologia de acervo. É evidente que durante os estudos no período de graduação não é possível um aprofundamento em cada especialidade.

No curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, antes do atual projeto pedagógico do curso estabelecido em 2011 (UNIVERSIDADE

FEDERAL DA BAHIA, 2010), o diploma era expedido como de Bacharel em Museologia com habilitação em Museus de Artes ou em Museus de História (ou em ambos), dependendo dos componentes curriculares cursados. Além das disciplinas voltadas para essas duas áreas, o curso contava com um quantitativo de matérias da área de Antropologia.

Com o novo projeto pedagógico, foram implantados componentes com ênfase em atividades práticas, estágios curriculares, além de conteúdos que aprofundam temas relacionados ao patrimônio e o trabalho de conclusão de curso. Mas há algo que não mudou: as experiências em atividades de pesquisa e extensão ajudam a direcionar os conteúdos discutidos em sala de aula e a trilhar um caminho próprio.

Durante quase vinte anos de atividade profissional da pesquisadora, foram oportunizadas duas experiências na docência de documentação museológica, uma em 2007 (como docente temporária) e outra em 2021 (como parte do quadro permanente do departamento de Museologia da UFBA). Nessas duas oportunidades, dois aspectos se mantiveram como direcionamento na abordagem teórica e metodológica nas atividades de ensino: a relação da documentação museológica com o objeto de estudo da Museologia e a ênfase em compreender que cada acervo tem suas próprias especificidades e por isso deve ser tratado de acordo com suas demandas. Nesse sentido, o trabalho técnico nessa área só pode ser efetuado com base na pesquisa sobre as coleções e a área de especialização.

Sobre a relação com o objeto de estudo da Museologia, as reflexões trazidas para a sala de aula objetivam entender a documentação museológica dentro do campo disciplinar e não como uma disciplina emprestada e adaptada a partir de normas da Ciência da Informação. Essas reflexões têm como propósito trazer discussões sobre o papel da documentação no processo de musealização, assim como compreender que o objeto museológico está dentro de um sistema do qual os contextos e os sujeitos também participam.

É importante lembrar que esses sujeitos não são apenas os que criaram e usaram o objeto nos diferentes contextos que ele testemunhou, mas também os sujeitos presentes no próprio processo de documentação, aquele que pergunta. Perguntar é tão importante quanto encontrar respostas. Quem pergunta constrói seus questionamentos a partir de suas inquietações e estas não são iguais às de outra pessoa. Ainda, se houver perguntas similares, a busca por uma resposta pode tomar caminhos muito diferentes e maneiras distintas de buscá-la.

O segundo aspecto, relacionado à grande variedade de tipos de acervos, possibilitou desenvolver atividades com textos sobre diretrizes teórico-metodológicas direcionadas para acervos de Artes Plásticas, Artes Decorativas, Arqueologia, Etnologia, Arte Contemporânea, entre outros. Esse contato com diferentes tipos de coleções ajuda na compreensão das diferentes demandas de cada área de pesquisa e na realização de reflexões sobre possíveis soluções para as necessidades apresentadas.

A perspectiva é que não há uma receita pronta para realizar a documentação museológica que se aplique a qualquer tipo de acervo em qualquer área de especialização. Além disso, compreende-se que as pesquisas na área de documentação museológica apresentadas em coleções especializadas, com maior intensidade principalmente nos finais da década de 1990 e início da década de 2000 (ALARCÃO, 2000; ALMEIDA, 2007; ALVES, 2011; CAETANO, 2007; CARVALHO, 2004; HENRIQUES; CAMPOS, 2007; PINHO; FREITAS, 1999; SOUSA, 2004; TRINDADE, 2011), também não são fórmulas para serem seguidas por

Documentação museológica:

uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional

outras instituições que possuem tipos de acervos similares, mas podem ser utilizadas para orientar as pesquisas e atividades técnicas nesses espaços.

O importante nesse contexto é a consciência de que a documentação museológica tem suas diretrizes teóricas e metodológicas e de que os que atuam nessa área precisam ter esse conhecimento para se debruçar sobre as coleções nas instituições em que atuam e aprendê-lo de suas áreas específicas, quer seja estabelecendo relações profissionais interdisciplinares, quer seja através da literatura especializada ou, melhor ainda, através dos dois.

A carreira profissional da pesquisadora também criou outras oportunidades no âmbito da documentação museológica, tais como o tratamento de acervos geológicos, etnológicos e principalmente arqueológicos, o que por sua vez possibilitou o aprofundamento dos estudos direcionados para essas áreas na perspectiva da documentação museológica a partir da análise de experiências de outras investigações realizadas desde o início dos anos 2000 (BRITO; CAMPOS; COSTA, 2000; COSTA; COSTA, 2010; CRUZ; CORREIA, 2007; RAPOSO; MARTINS, 2000). Os encontros levaram a desencontros e os descaminhos a caminhos.

Entre os encontros, o mais memorável foi com a Arqueologia desenvolvida pela equipe do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM), coordenado na época (2012–2014) pelo arqueólogo Saul Milder, até que houve o desencontro de seu falecimento. No entanto, esses descaminhos oportunizaram estradas que levaram a outras instituições de salvaguarda arqueológica no Rio Grande do Sul e ao contato com profissionais que atuam na área de Arqueologia na gestão de coleções, permitindo um aprendizado mais profundo sobre esse tipo de acervo (BALLARDO, 2021).

Uma passagem profissional por coleções geológicas ocorreu no Museu Geológico da Bahia, cerca de dois anos antes da formatura da pesquisadora, o que proporcionou o acesso a conhecimentos sobre tipos de lapidação de gemas, características de minerais, tipos de rocha, entre outros. Contudo, o mais importante é o que essa experiência proporcionou em termos de conhecimento relacionado a documentação museológica e instrumentos de registro, por exemplo metadados da ficha de registro tais como a descrição de objetos e as peculiaridades de cada subcategoria: Paleontologia, artesanato mineral, instrumentos de medição e assim por diante.

Esse foi um dos caminhos que colaboraram no entendimento de que, mesmo dentro de um acervo, há especificidades que devem ser consideradas inclusive na inserção de metadados nos instrumentos de registros para atender as necessidades de cada coleção.

O encontro com a Arqueologia proporcionou e ainda proporciona reflexões que buscam uma interação interdisciplinar com a Museologia a partir da documentação museológica. As atividades desenvolvidas no LEPA/UFSM para o tratamento documental do acervo arqueológico permitiram uma interação com a equipe de pesquisa que realizava o trabalho de campo a partir do entrelaçamento com uma das investigadoras que desenvolvia atividades de curadoria durante a intervenção (DIAS, 2013).

A convivência com a equipe viabilizou a compreensão de algumas características particulares desse tipo de acervo:

- 1 – o processo de investigação arqueológico gera uma documentação própria;
- 2 – as coleções são definidas e classificadas no processo de pesquisa;

- 3 – a relação entre os objetos e fragmentos está essencialmente relacionada à localização em que foram escavados;
- 4 – A localização é algo relativo que depende dos métodos de intervenção aplicados.

A criação de uma Reserva Técnica para o Laboratório exigiu um reconhecimento em termos gerais de como estava organizado o material no espaço. Durante esse processo, percebeu-se que a maioria possuía marcação com uma numeração que identifica o sítio arqueológico, em alguns casos com uma numeração que relaciona a posição contextual dentro sítio (BALLARDO; MENDONÇA, 2020).

Em outros casos, como no do material que ingressou com as pesquisas do primeiro coordenador do LEPA/UFSM, Vitor Hugo da Silva, as coleções foram acondicionadas em conjunto e, como não havia identificação do sítio arqueológico na numeração, foi necessário consultar a documentação disponível gerada em campo e os resultados de pesquisa acadêmica em programas de pós-graduação da própria UFSM (BALLARDO, 2013).

Aos poucos, constatou-se que cada pesquisador desenvolvia seu próprio sistema de registro e documentação arqueológica, assim como seu sistema de numeração. Não havia padronização. Inclusive um mesmo pesquisador havia mudado a forma de estabelecer sistemas e de documentar ao realizar uma intervenção em outro sítio arqueológico. Enquanto um pesquisador criava croquis do espaço, outro fazia desenhos demarcando a concentração de material a partir da área em papel milimetrado; outro se concentrava nos registros fotográficos e textuais (BALLARDO, 2021).

A partir da análise realizada, ficou claro que os métodos utilizados na intervenção direcionavam a forma como o trabalho era documentado na perspectiva da pesquisa arqueológica e como era sistematizado. Por sua vez, a definição dos métodos aplicados estava mais relacionada ao próprio contexto arqueológico em que a investigação foi desenvolvida do que ao pesquisador em si.

A maior parte do acervo do Laboratório é proveniente de pesquisas acadêmicas, e adentrou classificada ou pelo projeto de pesquisa ao qual estava associada ou pelo sítio arqueológico de onde foi recolhido o material. Nesse caso, não há necessidade de arranjo de coleções, da mesma maneira que o sistema de numeração é parcialmente atribuído, associado apenas ao sítio ou indicando também a localização e vinculando a numeração das sondagens, quadrículas etc., bem como às camadas estratigráficas ou artificiais.

Ao contrário de coleções de arte decorativa, em que os conjuntos ou partes de objetos são associados visualmente, os artefatos e fragmentos recuperados em escavações podem até ser associados a partir da remontagem de uma peça, por exemplo uma urna funerária de cerâmica; no entanto, antes da remontagem realizada durante a pesquisa em laboratório, o que as relaciona é a posição em que estavam depositadas no sítio arqueológico (PINHO; FREITAS, 1999; RAPOSO, 2000).

Numa mesma quadrícula e camada podem ser encontrados fragmentos de porcelana, de vidros e objetos de metais que não fazem parte da estrutura de um mesmo objeto. Compreender como foram parar naquela localização junto com diversos outros materiais e como esses diferentes fragmentos e artefatos estão associados ao contexto arqueológico e entre si é essencial no processo de investigação arqueológica (BALLARDO; MENDONÇA, 2019).

Essa relação pode ser evidenciada através do sistema de numeração,

Documentação museológica:

uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional

idealmente a partir de diretrizes estabelecidas para auxiliar na interação interdisciplinar entre o sistema numérico advindo da Arqueologia e dos processos de registro de campo, e o sistema de numeração no âmbito da documentação museológica.

E como é definida a localização dos artefatos no sítio arqueológico? A localização está relacionada com os métodos usados no processo de intervenção e com a forma como é organizado o espaço no sítio arqueológico. O local pode ser dividido em subáreas, cuja ordem é definida pela equipe de pesquisa, assim como pelos locais onde são feitas as sondagens, ou pela abertura de trincheiras, quadrículas ou outras unidades de escavação a partir de outros métodos.

Os artefatos retirados de uma unidade interventiva podem receber numerações individuais, a partir de uma posição x, y, z na área escavada, por exemplo, ou ser relacionados com um conjunto que esteja numa mesma camada numa unidade, estabelecendo sua posição a partir de um referencial horizontal e vertical (DIAS, 2013).

Durante os mais de quinze anos de contato profissional com o patrimônio arqueológico por parte da pesquisadora, com a atividade direta de pesquisa em documentação museológica de coleções arqueológicas nos últimos dez anos, tem se tornado cada vez mais evidente que o processo de musealização é iniciado muito antes de o acervo adentrar os espaços museológicos: desde a intervenção no sítio arqueológico, com a coleta e seleção dos objetos, e posteriormente cumprindo-se outras etapas relacionadas à conservação e documentação, além da divulgação desse patrimônio através de ações educativas com patrimônio (BALLARDO, 2021).

Durante o tratamento do acervo do LEPA/UFSM, uma das preocupações relacionadas à documentação museológica do patrimônio arqueológico foi a criação de instrumentos de registro que pudessem incluir metadados não apenas das coleções, mas também de seus contextos, idealmente sem uma repetição desnecessária de dados idênticos. A criação de uma base de dados reunindo as informações em fichas inseridas em outras fichas foi uma solução encontrada para realizar o trabalho de forma mais condensada e ordenada (BALLARDO; MILDER, 2016).

A experiência anterior no estudo e na utilização de banco de dados foi desenvolvida a partir do tratamento de acervo etnográfico, mas com base em um sistema criado idealmente para acervos bibliográficos: o *Winisis*. As limitações do sistema eram o engessamento para a realização de adaptações que se adequassem às necessidades da documentação museológica.

A primeira tentativa desse sistema era um *software* livre, que não gerou ônus financeiro para a instituição. Nos demais espaços museológicos onde foram desenvolvidas ações relacionadas à documentação museológica, sempre que cogitada a criação de base de dados como uma das ferramentas documentais o fator financeiro era um obstáculo para a instalação de um *software* proprietário. Essa foi a justificativa para buscar um *software* com código aberto como alternativa para a construção desses instrumentos documentais.

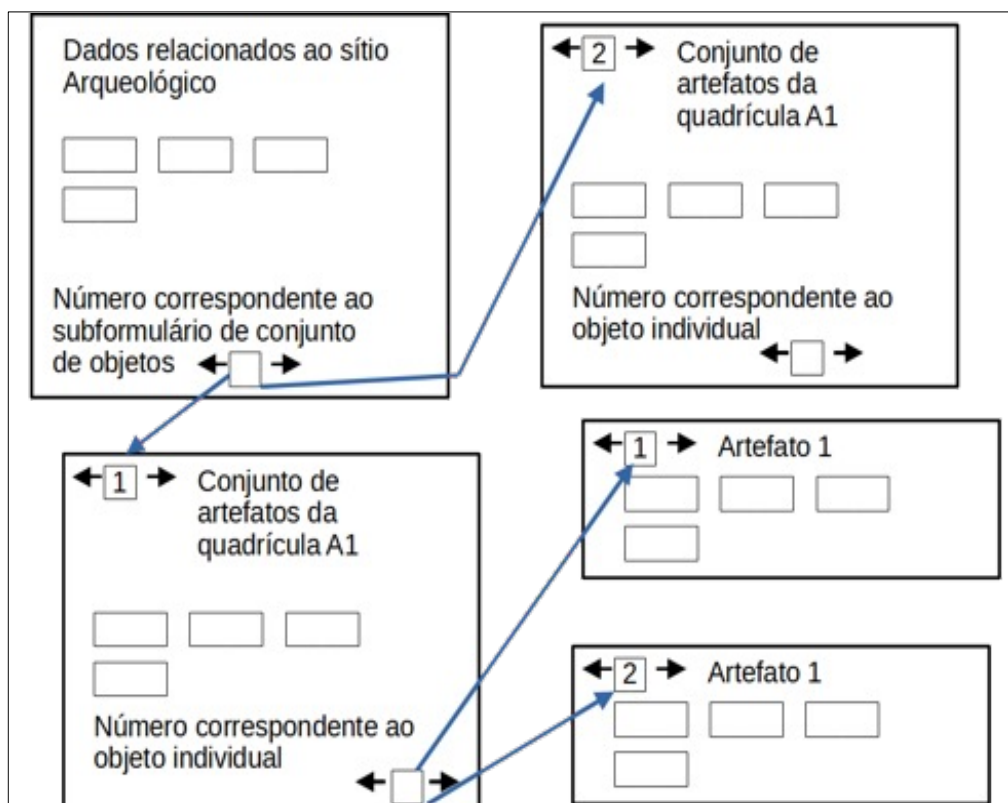
Em 2012, na busca de um *software* livre que pudesse ser adaptado na criação de uma base de dados para o registro documental do patrimônio arqueológico do LEPA/UFSM, obteve-se como resultado promissor o Base, aplicativo pertencente ao pacote *Libre Office* (BALLARDO, 2016), desenvolvido em 2010 pela *The Document Foundation*, um *open source* com programas para edição de textos, construção de planilhas, editor de desenho, apresentação de slides e, é

claro, elaboração de base de dados.

O Base é um banco de dados similar ao Access, mas com algumas diferenças, entre as quais as mais relevantes para a pesquisa foram: no Base não há limitação no número de registros a serem gerados e eles podem ser alterados de forma relativamente simples mesmo depois de sua criação, para modificar tanto os metadados de entrada, ampliando-os, reduzindo-os ou renomeando-os, como o *layout* de apresentação.

Após uma pesquisa investigativa de um ano especificamente sobre as possibilidades apresentadas pelo programa, foi possível criar uma ferramenta de registro com formulários centrais sobre os sítios arqueológicos em que o material foi coletado e, dentro de cada um deles, subformulários que traziam informações sobre os grupos de artefatos que estivessem numa mesma localização e posteriormente sobre cada um dos fragmentos e objetos. Na figura 1, é possível visualizar a configuração de informações a partir de conjuntos de dados.

Figura 1 – Configuração esquematizada de ficha de registro de documentação museológica em base de dados para coleções arqueológicas.



Fonte: Elaborado pela autora com o programa Draw do Libre Office em 25 jan. 2022.

A partir do desenho é possível perceber como foi articulada a organização dos dados através da criação de um formulário principal em que se cadastram os sítios arqueológicos em que ocorreu pesquisa com coleta de material gerando coleções para o Laboratório. Cada sítio tem uma quantidade de quadrículas (se for o caso, ou ainda sondagens ou outro tipo de demarcação espacial, a depender do método de escavação aplicado) e, por exemplo, cada nível de quadrícula possui dados gerais relacionados não apenas à localização, mas também a outras características, como as estratigráficas.

Cada ficha de registro relacionada a um sítio arqueológico possui inúmeras subfichas correspondentes a cada localização espacial, incluindo a camada

Documentação museológica:

uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional

estratigráfica ou artificial. Por sua vez, cada um dos formulários de uma quadrícula em seu respectivo nível possui inúmeras outras subfichas, dessa vez com a descrição individual de cada artefato ou fragmento e suas especificidades físicas e descritivas, além de imagem e estado de conservação, intervenções, inclusive remontagens se for o caso.

Esse critério para a elaboração de fichas de registro em base de dados pode aparentar, à primeira vista, não trazer muitos avanços, mas na realidade os acervos arqueológicos costumam ser recebidos em instituição de guarda em montantes que chegam a centenas de milhares, e a repetição constante de dados relacionados à localização, em sentido tanto macro (sítio arqueológico, município, região) como micro (quadrícula, área de escavação, sondagem e assim por diante), torna o trabalho mais propenso a erros durante o preenchimento, além de enfadonho.

O planejamento dessa ferramenta de registro proporcionou mais uma experiência, assim como reflexões a partir da pesquisa aprofundada do patrimônio arqueológico, que auxiliou na compreensão de que cada tipo de acervo possui necessidades que não podem ser atendidas por uma fórmula única.

Da mesma maneira, mesmo em instituições que abrigam coleções de uma só especialidade, pode haver soluções distintas para a elaboração e implantação do sistema de documentação museológica, não apenas por terem se originado de sítios arqueológicos distintos, mas também por terem sido aplicados métodos de pesquisa arqueológica diferentes. Da mesma forma, a percepção do documentalista sobre as coleções pode trazer perspectivas durante o processo de pesquisa e história da documentação realizada na instituição que possibilitam uma abordagem diferenciada.

Considerações finais

As experiências relatadas apontam que a documentação museológica, enquanto parte do processo museológico, precisa atender as especificidades de cada tipo de acervo. E que cada área do conhecimento a que estão relacionadas as coleções musealizadas está fundamentada em concepções teórico-metodológicas próprias, que precisam ser consideradas no processo de musealização, e mais particularmente nas ações de documentação museológica.

A aproximação maior não apenas em tempo, mas também em aprofundamento de pesquisa, em acervos arqueológicos permite conclusões mais precisas relacionadas a esse tipo de patrimônio. Dentro das suas especificidades, ressaltam-se: o grande quantitativo de objetos; a reunião de material não a partir do local de coleta (que por sua vez é definido pelo método de escavação) nem por conjunto relacionado à estrutura física e/ou decorativa; a abundância de material fragmentado e residual (BALLARDO, 2013); e, principalmente, o entendimento de que o processo de musealização inicia-se durante a intervenção arqueológica (BALLARDO, 2021).

Nesse sentido, é necessário que os profissionais que recebem essas coleções nas instituições de guarda compreendam que o processo de musealização do patrimônio arqueológico foi iniciado antes da incorporação do material no espaço museológico para que, dessa forma, possam dar continuidade às ações relacionadas a esse processo.

Para que isso ocorra, é essencial a aplicação de processos documentais ajustados às especialidades. O aprofundamento da pesquisa sobre a área e sobre as coleções, assim como sobre os sítios arqueológicos e projetos aos quais elas

estão associadas, oportuniza a possibilidade de compreender de forma cabal o acervo, e possibilita a aplicação de conhecimentos interdisciplinares entre a Museologia e a área científica à qual estão relacionadas as coleções.

Seguramente, profissionais de documentação na esfera da Museologia que precisam se debruçar sobre um conhecimento especializado, como é o caso do patrimônio arqueológico, precisam recorrer aos trabalhos de pesquisa na área de musealização de coleções no âmbito da Arqueologia, mais especificamente na área de documentação museológica, no intuito de fundamentar o conhecimento teórico e a metodologia utilizada na implementação de ações ligadas à gestão desse patrimônio na instituição em que atuam.

Muito mais do que isso, é necessário se dedicar também ao estudo minucioso de toda a documentação na área arqueológica gerada a partir dos relatórios e projetos de pesquisa, diários de campo, imagens, tabelas de dados geradas sobre as sondagens ou outras formas metodológicas de intervenção e, claro, dados quantitativos e qualitativos, principalmente os que puderem ser relacionados com a análise e investigação arqueológica, que podem e devem alimentar a documentação museológica na instituição.

Acima de tudo, é importante ressaltar a relevância do trabalho de documentação museológica em caráter interdisciplinar e a ordenação e indexação das informações, considerando, principalmente, as referências da investigação arqueológica no processo de implantação da documentação museológica e, posteriormente, na gestão compartilhada das coleções, que pode ser desenvolvida desde as intervenções de campo até a incorporação institucional, sempre através de protocolos que estabeleçam diretrizes e padronizações para que ocorra uma continuidade do trabalho iniciado nas primeiras ações do processo de musealização ainda no sítio arqueológico.

Resta concluir que, entre as principais contribuições da aplicação de processos documentais no âmbito da Museologia ajustados às especialidades, estão: o fomento de pesquisa para a manutenção da documentação e da pesquisa a partir da documentação museológica; e a consciência de que os procedimentos efetuados durante as atividades relacionadas a esse campo estão fundamentados em diretrizes teóricas diretamente vinculadas à documentação museológica, que por sua vez está articulada ao objeto de estudo dessa ciência aplicada, que é a Museologia.

Referências

ALARCÃO, Teresa; PEREIRA, Teresa Pacheco. *Normas de Inventário – Têxteis – Artes Plásticas e Decorativas*. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [ed.]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

ALMEIDA, Cláudia; BRITO, Joaquim Pais de; MELO, Patrícia. *Normas de Inventário – Tecnologia Têxtil – Etnologia*. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [coord.]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2007.

ALVES, Fernanda; FERRÃO, Pedro Miguel; CARVALHO, Rui Galopim de; MARANHAS, Teresa. *Normas de Inventário – Ourivesaria – Arte*. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [ed.]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2011.

Documentação museológica:

uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional

BALLARDO, L. O. M. *Documentação museológica: a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFMS*. 2013. 125 f. Dissertação (Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/111012/BALLARDO%2c%20LUCIANA%20LIVEIRA%20MESSEDER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BALLARDO, L. M. *Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: métodos de campo como subsídios da documentação museológica*. 2021. 318 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/luciana_messeder_ballardo.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.

BALLARDO, L. M.; MENDONÇA, E. C. Gestão de coleções arqueológicas: da intervenção à incorporação no museu. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Ancib, 2019. p. 1-22.

BALLARDO, L. M.; MENDONÇA E. C. Struthioniformes e paquidermes: considerações sobre a musealização do patrimônio arqueológico em instituições de salvaguarda. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19., 2018, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: Ancib, 2018. p. 5998-6017.

BALLARDO, L. M.; MENDONÇA, E. C. Projeto Arquitetônico: Fator determinante para a salvaguarda de coleções arqueológicas. In: Seminário Brasileiro de Museologia, 4., 2019, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Universidade de Brasília, 2020. v. 4. p. 839-853.

BALLARDO, L. O. M. Base: o uso de software livre para a documentação museológica. *Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia*, a. 4, n. 12, p. 6, fev.-jul. 2016.

BALLARDO, L. O. M.; MILDNER, S. E. S. Gestão de sítios arqueológicos através da documentação museológica do acervo. *Cadernos de Memória e Patrimônio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da UFPel*. Pelotas, a. 1, n. 0, p. 9-20, 1. sem. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAMP/article/viewFile/8871/5966>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. *Documentação e conservação de acervos museológicos*. São Paulo / Brodowski: Governo do Estado de São Paulo/ ACAM Portinari, 2010. p. 48-79. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRITO, Joaquim Pais de; CAMPOS, Ana Margarida; COSTA, Paulo Ferreira da. *Normas de Inventário – Alfaia Agrícola – Etnologia*. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [coord.]. Lisboa: Instituto Português de

Museus, 2000.

CAETANO, Joaquim Oliveira. *Normas de Inventário – Pintura – Artes Plásticas e Decorativas*. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [ed.]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2007.

CÂNDIDO, M. I. Documentação museológica. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas I*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2002. p. 33-92. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2015/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo-I.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.

CARVALHO, Maria João Vilhena de. *Normas de Inventário – Escultura – Artes plásticas e artes decorativas*. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [coord.]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.

COSTA, Paulo Ferreira da; COSTA, Marta Sanches da. *Ciência e Técnica – Normas Gerais – Normas de inventário*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2010.

CRUZ, Maria das Dores; CORREIA, Virgílio Hipólito. *Normas Gerais – Cerâmica Utilitária – Arqueologia*. Instituto dos Museus e da Conservação/Paulo Ferreira da Costa [coord.]. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007.

CURY, M. X. *Exposição: Concepção, Montagem e Avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DIAS, Marjori Pacheco. Novos métodos curatoriais aplicados aos materiais arqueológicos: da intervenção ao acervo. *Revista LEPA – Textos de Arqueologia e Patrimônio*, v. 1, p. 103-111, 2013.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: *Cadernos de Ensaio: Estudos de Museologia*. n. 2, Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, p. 65-74, 1994.

HENRIQUES, Paulo; CAMPOS, Teresa. *Normas de Inventário – Cerâmica – Artes Plásticas e Decorativas*. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [ed.]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2007.

NASCIMENTO, R. A. D. do. O objeto museal, sua historicidade: implicações na acção documental e na dimensão pedagógica do museu. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 11, n. 11, p. 37-61, 1998. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/28>. Acesso em: 5 jul. 2021.

PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha. *Normas de Inventário – Normas Gerais – Artes Plásticas e Decorativas*. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [ed.]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1999.

RAPOSO, Luís; MARTINS, Adolfo Silveira; CORREIA, Virgílio. *Arqueologia – Normas de Inventário*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

SILVA, Anna Paula da. *Reflexões sobre a (não) perenidade nos museus: a documen-*

Documentação museológica:

uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional

tação e a aquisição de obras nos salões de arte da Bahia. 2015. 201 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18596/1/Disserta%20c3%a7%20a3o%20completa%20%5bAnna%20Paula%20da%20Silva%5d%20-%20PPGMUSEU%20UFBA.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina. *Normas de Inventário – Mobiliário – Artes Plásticas e Artes Decorativas*. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [coord.]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.

TRINDADE, Maria Helena. *Normas de Inventário – Instrumentos Musicais – Arte*. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [ed.]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Colegiado de Museologia. *Projeto Pedagógico*. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: http://www.museologia.ffch.ufba.br/sites/museologia.ffch.ufba.br/files/projeto_pedagogico_curso_de_museologia.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

Recebido em abril de 2022

Aprovado em julho de 2022